

Governo corta crédito das microempresas

Sarney manda Tesouro segurar recursos até saber total do "rombo"

O presidente José Sarney resolveu jogar duro contra a Constituinte e, tão logo soube da aprovação da anistia da correção monetária para os micro e pequenos empresários, determinou ao ministro do Planejamento, João Batista de Abreu, a suspensão, por tempo indeterminado, de todas as linhas de crédito orçamentário para o setor, até que o Governo tenha condições de saber o valor dos gastos decorrentes da decisão dos constituintes. "E novos cortes virão", afirmou o Presidente.

Ele anunciou essa retaliação durante entrevista de 15 minutos concedida aos jornalistas, no Palácio da Alvorada, pela manhã, quando também falou de sua viagem à China. O Presidente informou que, além dos cortes nos recursos de custeio e investimento no mês de julho para o setor agrícola, também beneficiado pela anistia da Constituinte, havia determinada a suspensão de todos os programas de apoio oficial às pequenas e médias empresas, que têm linhas de crédito específicas junto às instituições de crédito, subsidiadas pelo Tesouro Nacional.

O jejum imposto aos empresários só acabará quando os ministérios da área econômica apresentarem o total do "rombo" que os cofres públicos sofrerão com a aprovação da anistia. Para o Presidente, a

medida foi necessária tendo em vista a necessidade de se salvar o orçamento fiscal. "sob pena de que, com esse descontrole, nós tenhamos uma hiperinflação e problemas muito maiores para o País".

Sarney considerou preocupante o comportamento da Constituinte e advertiu que, agora, "vamos tomar todas as providências que forem necessárias, com o maior rigor, de modo a se manter essa linha que nós estamos mantendo de contenção do déficit público, sem o qual nós não lutaremos contra a inflação e não teremos condições de retomar o desenvolvimento sustentado, como é o nosso desejo, e concluir o processo democrático". Ele observou que não há dúvida nenhuma, "e nós temos exemplos muito claros na América Latina", que toda vez que nós enfrentamos problemas econômicos esses problemas desembocam em problemas sociais, que desembocam em problemas políticos e os problemas políticos desembocam em problemas institucionais.

No fundo, acrescentou José Sarney, "o que tem acontecido e a História tem nos mostrado isso, é que, na realidade — e eu disse isso nas Nações Unidas —, o preço que se paga por tudo isso é o preço da democracia. E nós não queremos pagar o preço da democracia". O Presidente da República alertou à sociedade

de de que o Governo vai tomar algumas providências duras "e infelizmente seria muito bom se a Assembleia Nacional Constituinte tivesse tido uma outra posição, uma visão mais profunda dos nossos problemas".

"INGOVERNABILIDADE"

Já em Manaus, durante a escala técnica de sua viagem à China, o presidente Sarney disse que não ordenou o corte no crédito agrícola em retaliação a anistia aos débitos dos pequenos micro e médios empresários contraídos durante o Plano Cruzado. E disse: "Apenas estamos verificando o que vamos ter de responsabilidade do Tesouro com essa decisão da Assembleia Constituinte". Mas o porta-voz da Presidência da República, Carlos Henrique, confirmou que o Presidente determinou ao ministro Mailson da Nóbrega que suspenda, a partir de 1º de julho, o crédito orçamentário aos micros e pequenos empresários e produtores rurais, até que a Constituinte chegue a uma decisão final, no segundo turno de votação.

O presidente José Sarney, que permaneceu no aeroporto Eduardo Gomes por uma hora, afirmou que o importante no atual momento é salvar a política fiscal do País, "política esta que vem tentando restaurar o nosso equilíbrio econômico".

GIVALDO BARBOSA



Sarney conversou com Ulysses sobre a anistia antes de embarcar para sua viagem à China

Bancos contam prejuízo sem parar crédito

A Associação Brasileira dos Bancos Estaduais enviou ontem aos 25 bancos que congregam a entidade um telex solicitando "urgência no levantamento das dívidas", em função da emenda aprovada pela Constituinte. Há 20 dias, os bancos avallaram que, se a anistia fosse tão abrangente como propunham as emendas, os prejuízos seriam elevados. O diretor-executivo da Associação, Juares Cançado, acha improvável que, a curto prazo, os bancos tenham condições de levantar os prejuízos.

Para o diretor-executivo da Associação Brasileira dos Bancos Estaduais, a suspensão dos financiamentos de custeio e da renegociação das dívidas de micro e pequenas empresas anunciadas na última quarta-feira é uma "postura emocional", de primeiro momento. Ele acredita que, com o tempo, o Governo terá condições de direcionar o crédito necessário ao setor agropecuario. Na sua opinião, os bancos estaduais vão continuar com suas vocações de financiar o setor.

Confederações estimam perdão em Cz\$ 120 bi

O líder do Governo, deputado Carlos Sant'Anna, recebe hoje do Ministério da Fazenda os números referentes ao valor que representa a anistia aprovada anteriormente pela Constituinte para os micro e pequenos empresários e para os produtores rurais donos de até cinco módulos. Mais o senador Albano Franco, presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI), assegura que no seu setor eles ficarão no máximo em Cz\$ 80 bilhões, enquanto o deputado Alysson Paulinelli, presidente da Confederação da Agricultura (CNA), diz que na sua área, "se passar de Cz\$ 40 bilhões vou ficar assustado".

Ou seja, seriam cerca de Cz\$ 120 bilhões, valor muito menor do que o teto estipulado pelo Governo nas primeiras tentativas de negociação feitas com os constituintes para um texto de fusão por acordo. Isso levou ontem o senador Mansueto de Lavor a registrar que não passava de terrorismo os Cz\$ 750 bilhões que vinham sendo apontados como valor do perdão. Ele, contudo, discorda da limitação dos cinco módulos para os produtores rurais e, por isso, começou ontem mesmo a conversar com as esquerdas para suprimi-la no segundo turno de votação.

Lavor explicou que concorda com a limitação em 5 mil OTNs para os empréstimos iniciais concedidos aos micros e pequenos empresários, mas acha que a fixação em cinco módulos comete uma injustiça flagrante com os agricultores mais pobres do semi-árido do Nordeste, que plantam arroz, feijão, milho e algodão. E que eles precisam sempre de uma extensão de terra muito maior do que nas demais regiões do País, enquanto um japonês, em 10 hectares, rico, produzindo frutas seletas para a exportação, receberá o benefício aprovado pela Constituinte.

O senador fez um balanço ontem da repercussão da anistia, e garante que 90 por cento dos produtores rurais do Sul do País serão beneficiados, bem como 70 por cento dos que trabalham nas terras do Centro-Oeste. No seu Estado, Pernambuco, 25 por cento dos que ganhariam anistia a perderam com a limitação dos cinco módulos.

UDR agora quer crédito rural sem a correção

Independente do perdão da correção monetária para as dívidas dos pequenos agricultores donos de até cinco módulos rurais, a UDR — União Democrática Ruralista — pretende entrar na Justiça contra a incidência da correção monetária nos créditos agrícolas. O anúncio foi feito ontem pelo presidente da entidade, Ronaldo Calado, que não sabe ainda se vai lutar contra a restrição ao tamanho da propriedade, imposta pela emenda da anistia, porque acha que isso no final beneficia os arrendatários e meeiros que plantam na terra que não é deles. Ele acha até que quando o Governo levantar o universo de atendidos com o perdão, vai tentar suprimir do texto os 5 módulos.

Calado anunciou também que as ações judiciais serão preparadas pelo congresso de advogados da UDR que se reunirá em Brasília nos dias 18 e 19 de julho. Nele, será discutida a orientação jurídica das novas ações, tomando como base a jurisprudência firmada em sentenças já dadas em diversos tribunais do País a causas semelhantes. Ele admite que sobrecarregará a Justiça, com as milhares de ações contra a co-

brança de correção monetária sobre os créditos rurais, considerada ilegal pela UDR.

Falando a respeito da suspensão do crédito rural, citada pelo ministro da Fazenda, Mailson da Nóbrega, logo depois de aprovada a anistia das dívidas, disse Ronaldo Calado que não é com ameaças ou retaliações que quebrarão o ânimo e a disposição de luta da UDR. Ele acha que quem quer fazer da anistia um cavalo de batalha, quando há poucos dias liberaram Cz\$ 100 bilhões para os bancos cobrirem o rombo da Sunaman "e ninguém disse nada". Por isso, classificou de "ridícula" a decisão do Ministério da Fazenda.

MENINO MIMADO

Com ironia, Ronaldo Calado decidiu interpretar a posição do ministro Mailson da Nóbrega diante da aprovação da anistia: "ele parece menino emburrado". Ou melhor, completou, "é o menino rico do interior que recolhe a sua bola do jogo de futebol quando seu time toma o primeiro gol".

Calado acha que o ministro deveria se curvar à decisão da Constituinte, embora reconheça que ela representa uma derrota para o Governo.

Empresários atacam anistia da correção

São Paulo — A anistia da correção monetária dos débitos dos microempresários e dos pequenos produtores rurais, aprovada pela Constituinte representa um precedente sem tamanho na história constitucional, que acabará fazendo com que os que saldaram suas dívidas em dia recorram à Justiça para obter os mesmos benefícios, segundo alerta feito ontem por empresários e especialistas em tributação e direito constitucional.

"Isso é o calote institucionalizado", disse o presidente da Fiesp, Mário Amato, argumentando que o restante da sociedade, que paga suas contas em dia, com sacrifício de bens pessoais e familiares, ainda terá de pagar pela ajuda dos parlamentares aos maus pagadores. "Isso é direito? Não é. No final das contas, nós todos teremos de pagar essa conta", afirmou.

A anistia foi duramente criticada pelo presidente da Federação do Comércio do Estado de São Paulo, Abram Szajman, que prevê aumento do déficit público e até recessão caso a medida venha a ser implementada. Também representantes de trabalhadores, como o presi-

dente da Federação dos Bancários de São Paulo, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, Lúcio César Pires, criticou a anistia, garantindo que o Congresso quis, com essa atitude, socializar mais uma vez o prejuízo neste País.

O presidente do Conselho Federal de Economia, Luis Alberto Gomes de Oliveira, considerou lamentável que, "mais uma vez, a irresponsabilidade tenha predominado na Assembleia Nacional Constituinte, que voltou a conceder privilégios corporativistas com a aprovação do projeto de anistia.

O presidente da Federação das Associações Comerciais, Romeu Trussardi Filho, prevê confusão na aplicação do dispositivo constitucional. "Essa é uma matéria que não tem nada a ver com a Constituição", disse ele, lembrando que um estudo feito pelo fórum informal de empresários paulistas constatou que a aplicação da resolução do BC, no ano passado, autorizando a rolagem das dívidas desses micros e pequenos empresários, havia resolvido a situação de 80 por cento dos endividados problemáticos.

Uma decisão temporária

A suspensão das operações de crédito rural determinada pelo ministro da Fazenda, Mailson da Nóbrega, está sendo encarada pelos presidentes da Confederação Nacional da Agricultura (CNA), Alysson Paulinelli, e da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Albano Franco, como uma medida de caráter temporário. "Não creio que seja retaliação, caso contrário ele estaria chamando o setor rural para a briga", afirmou Paulinelli referindo-se à atitude de Mailson.

Na opinião do presidente da CNA, a solução para o problema das dívidas dos pequenos e microprodutores deveria ser de caráter administrativo, sendo

Fazenda identifica prejuízos

Somente hoje o Governo dispôs de dados concretos capazes de identificar qual o prejuízo para o Tesouro Nacional que a aprovação da anistia da correção monetária sobre dívidas dos microempresários e pequenos produtores rurais provocará. Mas ontem mesmo, o ministro interino da Fazenda, Paulo César Ximenes, e o chefe da assessoria econômica da Fazenda, João Batista de Camargo, previram que será necessário promover cortes gerais nas despesas, desde o crédito de custeio e investimento agrícola até o aumento do Imposto de Renda dos contribuintes, passando pela possibilidade de criação (só em último caso) de um empréstimo compulsório, para compensar o rombo financeiro provocado pela decisão da Assembleia Nacional Constituinte.

De imediato estão suspensos

os empréstimos de crédito de custeio a partir de 1º de julho. Estava previsto desembolso de Cz\$ 30 bilhões este mês e o retorno de Cz\$ 55 bilhões de empréstimos já concedidos. Como o Governo não espera receber esse montante depois da decisão da Constituinte, resolveu suspender os empréstimos programados. Dependendo do tamanho do prejuízo, informou o chefe da Assessoria Econômica do Ministério da Fazenda, deverão ser suspensos, também, os empréstimos de custeio previstos para agosto (Cz\$ 40 bilhões), setembro (Cz\$ 100 bilhões), outubro (Cz\$ 150 bilhões) e novembro (Cz\$ 70 bilhões). Até março, o saldo devedor do setor agrícola junto ao Banco do Brasil era de Cz\$ 948 bilhões. Desse total, estava previsto desembolso de Cz\$ 103 bilhões, este ano.

Os débitos dos microempresários

serão bancados, basicamente, pelos bancos privados. O Governo implementou programas de investimento no setor, mas com participação compartilhada com os bancos particulares, sendo metade para cada um o prejuízo a ser repartido. Mas, não está descartada a hipótese de os bancos tentarem repassar o prejuízo para o Tesouro, que no entanto, em face da situação difícil que enfrenta, não terá condições de suportar.

Quando aos bancos estaduais que participaram do programa de empréstimos aos microempresários dificilmente terão condições de suportar o prejuízo e certamente transferirão os prejuízos para o Tesouro. Tudo, admitiu Camargo, recairá sobre o Governo, que terá que cobrar de alguém, e esse alguém, sem dúvida, ressaltou, será o o contribuinte.

Iris acha Mailson precipitado

Mesmo com a confirmação de um corte de Cz\$ 23 bilhões para as operações de investimento rural e custeio agrícola em julho, anunciado ontem pelo secretário de Assuntos Econômicos do Ministério da Fazenda, João Batista Camargo, o ministro da Agricultura, Iris Rezende, disse que não concorda com a suspensão de recursos para o setor. "Não tem nenhum sentido a suspensão de recursos na agropecuária, sobretudo porque se trata de um setor que está dando certo, que vem apresentando recordes de produção", afirmou o ministro.

O ministro da Agricultura não concorda que o crédito agrícola sofra restrições para compensar perdas com o perdão das dívidas dos micros e pequenos empresários e dos minis e pequenos produtores rurais. Iris Rezende considerou precipitada a declaração feita na véspera pelo ministro da Fazenda, Mailson da Nóbrega, no sentido de que devem ser suspensos todos os recursos públicos para o custeio da agropecuária face à decisão da Constituinte.

Para o ministro Iris Rezende, se o Ministério da Fazenda restringir recursos, naturalmente o fará no comércio e na indústria, que foram mais beneficiados pela anistia. Segundo ele, a dívida de empresários do comércio e da indústria alcançada pelo perdão na Constituinte é muito maior que a dos agricultores. Ele acha que a nova anistia na agricultura é reduzida em comparação com os setores do comércio e da indústria, onde o benefício alcança agora dívidas até de 5 mil OTNs.

No entanto, o ministro Iris Rezende recordou que os agricultores já foram beneficiados no ano passado com isenção do pagamento da correção monetária da dívida contraída durante o Plano Cruzado. A isenção contemplou os produ-

tores do Centro-Sul até agosto de 1987 e os do Norte e Nordeste até janeiro de 1988.

Depois que forem levantados todos os custos que a aprovação da anistia representará, o Governo decidirá se vai sustar a decisão de suspender as operações de investimentos rurais e pecuário e o custeio agrícola para o mês de julho. O setor deverá ter, neste mês Cz\$ 33 bilhões. Desse total, 10 bilhões já estão contratados, por isso serão liberados. Os outros Cz\$ 23 bilhões estão suspensos.

A tradicional "briga" PH entre os ministérios da Agricultura e da Fazenda, que sempre existiu, volta a ser acirrada. Desta vez, com o reforço do presidente José Sarney, a quem o ministro Iris Rezende sempre dedicou total fidelidade, defendendo os cortes. Antes de embarcar para a China, ontem à tarde, Sarney afirmou que os cortes foram determinados por ele próprio.

POVO TEME A REAÇÃO

As possíveis retaliações anunciadas pelo Governo estão causando impacto muito maior do que a própria anistia aos produtores rurais e aos micro, pequeno e médio empresários. Muito mais do que um simples posicionamento — se contra ou a favor da anistia — é muito grande a preocupação das pessoas com relação ao aumento de impostos ou à adoção de novo compulsório. De uma maneira geral a conclusão é de que a decisão da Assembleia Nacional Constituinte não agradou.

BETH MUNHOZ



Marília: "Decisão correta"



Bezerril: "Uma bandalheira"

● Maria José da Conceição, presidente do Sindicato dos Médicos — "Lamento profundamente que a Constituinte tenha tomado uma decisão dessas. Isto prova que não há seriedade. Não entendo como os parlamentares não conseguem se reunir para discutir a questão do congelamento da UR, por exemplo, mas ao mesmo tempo votam a anistia para os microempresários. Evidentemente que o Plano Cruzado foi um equívoco, mas teve muita gente que conseguiu saudar seus débitos. A solução mais adequada seria a discussão do problema e não a anistia".

anistia uma verdadeira desgraça. Afinal, quem vai acabar pagando a conta somos todos nós. O argumento de que o Plano Cruzado foi uma ilusão é válido apenas em parte, pois muita gente tomou empréstimos subsidiados para ficar rico. Deveria haver uma "colher-de-chá", mas só para o pequeno. E quem deveria arcar com os custos do perdão deveria ser os bancos, que conseguem lucros cada vez mais escandalosos".

● Volney Bezerril, militar da reserva — "Isso é uma bandalheira. Realmente foi aprovado o calote e eu que não tenho nada com isso é que vou ter que pa-

gar. Não poderíamos esperar outra coisa desses nossos representantes".

● Samir Vicente Calrus, policial aposentado — "Foi a consagração do calote. Um verdadeiro desestímulo ao bom pagador. De fato, falta um pouco mais de seriedade".

● Moussa Koury, engenheiro — "Eu seria a favor se os bancos pagassem a conta; como não são eles que vão pagar, sou contra. O que defendo é o estudo do caso a caso, empresário por empresário, produtor rural por produtor rural, para verificar o que realmente foi feito com o dinheiro". %e